

Edilson Vitorelli

Gustavo Osna

Introdução ao
PROCESSO CIVIL
e à **RESOLUÇÃO**
DE CONFLITOS

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ideia Impressa (ideiaimpressadesign@gmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

V845i Vitorelli, Edilson.
Introdução ao processo civil e à resolução de conflitos / Edilson Vitorelli, Gustavo Osna – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.
464 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-917-5.

1. Direito Processual Civil. 2. Resolução de conflitos. I. Vitorelli, Edilson. II. Osna, Gustavo. III. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
O PROCESSO CIVIL E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	19
1. Direito material e direito processual	19
2. Conflitos individuais e conflitos coletivos	24
3. A Resolução de Conflitos é uma Questão Cultural	27
4. Métodos não judiciais de resolução de conflitos	31
4.1 Os “meios alternativos” são realmente “alternativos”?	34
4.2 Autotutela	36
4.3 Acordo	38
4.3.1 Conciliação	41
4.3.2 Mediação.....	43
4.3.2.1 Mediação e entes públicos.....	48
4.3.3 Motivos e críticas relacionadas ao Acordo.....	49
5. Arbitragem	52
5.1 Critérios para a arbitragem: a “arbitrabilidade”	53
5.2 Por que optar pela arbitragem?	54
5.3 O Procedimento da Arbitragem	56

6.	Métodos mistos: cláusulas escalonadas e <i>dispute boards</i>	59
7.	Os “Meios <i>on-line</i> de Resolução de Disputas” (ODR)	60
8.	Resolução de conflitos na realidade: empresas como Tribunais?	63
9.	Resolução judicial de conflitos	65

CAPÍTULO 2

NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....69

1.	Premissas	69
2.	O Código de Processo Civil: uma história	70
3.	Contexto de aplicação do CPC de 2015.....	72
4.	Normas fundamentais: regras ou princípios?.....	75
5.	As Normas Fundamentais e as “Fases” do Processo: Entre os Meios e os Resultados	78
6.	Supremacia da Constituição	82
7.	O devido processo legal.....	84
7.1	O devido processo é um fim em si mesmo?.....	87
7.2	O devido processo no Direito Continental?.....	89
7.3	O devido processo para quem está errado.....	91
7.4	O devido processo para além do processo judicial	92
7.5	E-devido processo (<i>e-due process of law</i>)	95
8.	Proporcionalidade	98
8.1	Proporcionalidade ampla ou panprocessual.....	100
9.	A inafastabilidade da jurisdição	103

14.	Prioridade para a solução consensual do conflito	141
14.1	Audiência de conciliação ou de mediação antes da contestação.....	142
14.2	O fracasso da autocomposição.....	145
15.	Juiz natural	146
15.1	Juiz natural e imparcialidade: ausência de impedimento ou suspeição	147
15.2	Parâmetros internacionais de conduta judicial: os princípios de Bangalore	148
15.3	Juiz natural e suas garantias.....	153
15.4	Juiz natural como garantia institucional.....	155
15.5	Juiz natural, vara especializada e mutirões	156
16.	Publicidade.....	156
17.	Motivação	159
17.1	Modelos de condução do processo: inquisitivo, adversarial e cooperativo	159
17.2	Modelos de fundamentação judicial.....	162
17.3	<i>Standards</i> probatórios e ônus argumentativo.....	165
17.4	A fundamentação das decisões: o problema qualitativo.....	168
18.	Duplo grau de jurisdição	173
19.	Duração razoável do processo	175
19.1	Ordem e prioridade de tramitação	177
20.	Princípio da efetividade da tutela jurisdicional.....	180
21.	Princípio da economia processual	182
21.1	Causas repetitivas e grandes litigantes	183

CAPÍTULO 3

A TEORIA DA AÇÃO	187
1. Advertência inicial.....	187
2. Ação: conceito fundamental.....	187
2.1 Ação na teoria imanentista de Savigny.....	188
2.2 Teoria concreta da ação	189
2.3 Teoria abstrata da ação.....	191
2.4 Teoria eclética.....	192
2.5 Teoria instrumental da ação	195
2.6 Ação e acesso à justiça	198
2.7 Ação e pretensão	203
2.8 Elementos da ação.....	204
2.8.1 Partes.....	204
2.8.2 Causa de pedir.....	205
2.8.3 Pedido	206

CAPÍTULO 4

A TEORIA DO PROCESSO	211
1. Processo.....	211
1.1 A Natureza do Processo e a Relação Processual	212
2. Procedimento.....	216
2.1 Flexibilidade Procedimental.....	217
2.1.1 Negócio processual e calendário processual	219
3. O processo e os “autos”	222

4.	O processo e a cumulação de ações.....	223
5.	A formação e o desenvolvimento do processo: os pressupostos processuais	225
5.1	Juiz investido de jurisdição	227
5.2	Juiz imparcial	228
5.3	Juiz competente	229
5.4	Partes com capacidade de ser parte (capacidade de estar em juízo)	229
5.5	Capacidade processual (<i>legitimatío ad processum</i>)	230
5.5.1	Situação particular: o curador especial	232
5.5.2	Situação especial: pessoas casadas	233
5.6	Capacidade postulatória	234
5.6.1	Capacidade postulatória e acesso à justiça	235
5.7	Pressupostos da demanda: petição inicial apta e citação válida	236
5.8	Observância do procedimento legal	237
5.9	Pressupostos negativos ou fatos impeditivos	237
5.9.1	Litispêndência	238
5.9.2	Coisa julgada	241
5.9.3	Perempção.....	242
5.9.4	Convenção de arbitragem.....	244
5.9.5	Nulidades processuais.....	245
5.9.6	Causas suspensivas	249
6.	“Condições da ação”	251

6.1	Interesse	253
6.1.1	Perda superveniente do interesse de agir (perda de objeto).....	256
6.1.2	Interesse de agir na pretensão declaratória...	257
6.1.3	Interesse de agir e tutela preventiva	259
6.2	Legitimidade	260
6.2.1	Legitimação extraordinária.....	262
6.3	Condições da ação e teoria da asserção	264
7.	Falta de pressupostos processuais ou condições da ação	266
8.	Processo e julgamento do mérito.....	268
9.	Sujeitos do Processo	274
9.1	Partes.....	274
9.1.1	As “capacidades” e a atuação em juízo	278
9.1.2	Litisconsórcio	279
9.1.2.1	Litisconsórcio facultativo e litisconsórcio necessário	281
9.1.2.2	Litisconsórcio simples e litisconsórcio unitário.....	287
9.1.2.3	Consequências da violação de uma regra de litisconsórcio necessário	290
9.2	Terceiros	292
9.3	Intervenção de Terceiros	295
9.3.1	Intervenção voluntária e intervenção forçada	298
9.3.2	Intervenção por iniciativa judicial	300

9.4	Modalidades típicas de intervenção de terceiros	302
9.4.1	Assistência.....	303
9.4.1.1	Assistência simples e assistência litisconsorcial	304
9.4.1.2	O regime da assistência simples.....	308
9.4.1.3	O regime da assistência litisconsorcial	311
9.4.1.4	Aspectos procedimentais.....	312
9.4.1.5	O efeito da assistência simples	315
9.4.2	Denúnciação da Lide.....	319
9.4.2.1	As hipóteses de denúnciação da lide no Código de Processo de 2015.....	321
9.4.2.2	O procedimento da denúnciação da lide	325
9.4.2.3	A denúnciação da lide e a decisão das lides.....	330
9.4.3	Chamamento ao processo	332
9.4.3.1	As hipóteses de chamamento ao processo.....	334
9.4.3.2	O chamamento ao processo é injusto com o autor?.....	339
9.4.3.3	Procedimento do chamamento ao processo.....	341
9.4.4	Incidente de desconsideração de personalidade jurídica.....	343
9.4.4.1	A desconsideração e o processo civil....	345

9.4.4.2	O procedimento do incidente de desconsideração	346
9.4.5	<i>Amicus Curiae</i>	350
9.4.5.1	A complexidade processual e a figura do <i>amicus curiae</i>	351
9.4.5.2	Os requisitos normativos para o <i>amicus curiae</i>	354
9.4.5.3	<i>Amicus curiae</i> e assistência	356
9.4.5.4	O procedimento da intervenção de <i>amicus curiae</i>	358
9.5	Ministério Público	363
9.5.1	O Ministério Público no processo coletivo.....	364
9.5.2	O Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	365
9.6	Defensoria Pública	368
9.7	Juiz	371
9.8	Auxiliares da Justiça.....	375

CAPÍTULO 5

A TEORIA DA JURISDIÇÃO	377
1. Jurisdição.....	377
1.1 Jurisdição e competência	377
2. A jurisdição e seus discursos clássicos: para que serve o processo?	378
3. A Jurisdição e a Tutela dos Direitos.....	380
4. A jurisdição e suas características	381

4.1	Jurisdição como solução de conflitos por um terceiro imparcial estatal (heterocomposição)	381
4.2	Jurisdição como atuação no caso concreto	382
4.3	A jurisdição como atividade imperativa	385
4.4	Jurisdição como atividade criativa.....	390
4.5	A jurisdição como técnica de tutela dos direitos	392
4.6	A jurisdição como atividade sem controle externo	393
4.7	A jurisdição como tomada de decisão apta a formar coisa julgada.....	395
5.	Princípios aplicáveis à jurisdição	396
6.	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	397
7.	A Jurisdição e a Teoria dos Precedentes	400
7.1	Teoria dos precedentes: breves aproximações	401
7.2	Os precedentes e o senso de justiça	402
7.3	Os precedentes no Direito: um pouco de história.....	405
7.3.1	O papel do juiz nos sistemas de <i>Common Law</i>	405
7.3.2	O papel do juiz nos países de <i>Civil Law</i>	407
7.4	Os "precedentes judiciais" e o papel dos Tribunais...	410
7.5	Conceitos básicos para a compreensão do sistema de precedentes	414
8.	Definição da competência e seus critérios.....	422
8.1	Organização do Poder Judiciário brasileiro	423
8.2	Os critérios para a definição da competência.....	424
8.3	Competência absoluta e competência relativa	425

8.4 Alegação de incompetência	427
8.5 Momento de fixação da competência	429
8.6 Conexão e continência.....	430
8.7 Um guia para a definição da competência	432
8.8 Limites da jurisdição brasileira	433
8.9 Cooperação jurisdicional internacional.....	435
8.10 Competência de justiça	441
8.11 Competência originária.....	444
8.12 Competência territorial.....	447
8.13 Competência de juízo	450
8.14 Competência interna	451
8.15 Competência recursal.....	451
8.16 A competência funcional.....	452
8.17 Conflitos de competência.....	453
REFERÊNCIAS	457